

CONTAS PÚBLICAS

Dívida líquida do governo sobe para 39,7% do PIB

Elevação dos juros e dos gastos do setor público aumentaram a conta para R\$ 358,9 bilhões

SORAYA DE ALENCAR

BRASÍLIA – A elevação das taxas juros para níveis acima dos 40% e dos gastos do governo federal no mês provocaram um aumento de R\$ 7,2 bilhões na dívida líquida do setor público em setembro. Com esse crescimento, o estoque da dívida fechou o mês em R\$ 358,9 bilhões, o correspondente a 39,7% do Produto Interno Bruto (PIB).

Até agosto, a dívida estava em

R\$ 351,7 bilhões, ou 38,8% do PIB. “O que aumentou a dívida líquida foram os juros e os gastos”, informou o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, referindo-se à necessidade de financiamento do governo para cobrir seus gastos.

Dívida crescente – No acordo fechado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), no dia 13 de novembro, está previsto que, de outubro a dezembro a dívida pública terá crescimento.

A estimativa com a qual comprometeu-se o governo brasileiro é que a dívida pública encerre este ano em 43,3% do PIB. Para 1999, a previsão é de um aumen-

to de 3,4 ponto percentual na relação dívida pública/PIB, ou 46,7%.

De acordo com os números divulgados pelo BC, o aumento da dívida em setembro ocorreu exatamente na parte do endividamento de responsabilidade do governo federal e da própria autoridade monetária. Da parcela de 21,6% da dívida total, eles passaram a responder por 22,3%.

Dívida externa – Com a queda das reservas – em setembro foi registrada uma queda de R\$ 21,5 bilhões em setembro na divisa brasileira –, também houve um aumento da dívida externa líquida (que integra a dívida líquida total), de 2,3% para 5,3%. De-

pois de comemorar, em agosto, o fato de a dívida externa líquida do governo federal e do Banco Central ter ficado negativa – pois chegou a -0,2% do PIB –, o governo voltou a responder por 3% do débito.

Impacto zero – Altamir Lopes ressaltou que toda essa movimentação da dívida externa, no entanto, tem impacto neutro na dívida líquida do setor público.

A dívida mobiliária federal teve um aumento de R\$ 21,5 bi-

lhões em setembro. Segundo Altamir Lopes, essa elevação foi provocada, principalmente, pela troca dos depósitos compulsórios sobre os depósitos a prazo que eram em espécie e passaram a ser em títulos. Com a troca, o BC acabou devolvendo aproximadamente R\$ 18 bilhões ao mer-

cado. Para retirar o dinheiro de circulação, foi necessário emitir novos títulos, o que acabou conduzindo a esse aumento.

No mês seguinte, ou seja, em outubro, a

parcela de 58,8% da dívida mobiliária federal estava em papéis pós-fixados. Houve uma redução em relação ao mês anterior. Em setembro, esses papéis chegaram a representar 65,7% do endividamento em títulos do governo federal.

Em seguida, estavam os papéis cambiais com 21,1% e os prefixados com 14,2%. Ontem, pela primeira vez, o Banco Central divulgou uma tabela com o prazo médio da dívida mobiliária.

De acordo com os dados do banco, no fim do mês passado, o prazo médio para o resgate dos papéis estava em 7,31 meses.

QUEDA DAS
RESERVAS
AGRAVOU O
PROBLEMA